

EDITAL Nº 002/SECAJ, MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SANTA CATARINA

Dispõe sobre a abertura do processo de inscrição para concessão de auxílio estudantil previsto na Lei orgânica do Município, para o semestre 2018/II, regulamentado na Lei Municipal 6778/2017, além de fixar datas e disposições complementares.

O Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, em consonância com o disposto no art. 5º da Lei Municipal 6778/2017, resolve: Tornar público o período de inscrições para a concessão do auxílio a estudantes universitários comprovadamente carentes, além de estabelecer critérios para a concessão, em conformidade com o disposto na Lei Municipal 6778/2017.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 A concessão do auxílio a estudantes universitários, comprovadamente carentes, previsto no Art. 192 da Lei Orgânica Municipal, observará o disposto na Lei 6778/2017.

I - O auxílio pode ser concedido a alunos carentes regularmente matriculados em universidades ou faculdades sediadas em Itajaí em cursos reconhecidos pelo MEC;

II - matriculados em universidades ou faculdades situadas no Estado de Santa Catarina, localizadas até 60 km de distância deste Município, em cursos reconhecidos pelo MEC e não oferecidos por instituições sediadas em nossa cidade;

Parágrafo único. Não será concedido o auxílio previsto no caput para cursos de educação à distância.

Art. 2 A avaliação do índice de carência dos universitários itajaienses de que trata o art. 1º deste edital será realizada por Comissão nomeada conforme disposto na Lei Municipal 6778/2017.

Art. 3 Para pleitear a concessão do auxílio universitário, o estudante deverá comprovar ser residente e domiciliado, juntamente com seu grupo familiar, no Município de Itajaí, não ter renda familiar superior a 08 (oito) salários mínimos vigentes e não usufruir de subsídios financeiros educativos de qualquer natureza, salvo quando se tratar de financiamento estudantil parcial, não podendo o valor do auxílio concedido ultrapassar a fração da mensalidade não abrangida pelo financiamento.



§ 1º Os beneficiados com a concessão do auxílio estudante deverão se inscrever a cada semestre para concorrer novamente ao auxílio, devendo comprovar os requisitos constantes na Lei 6778/2017, além da aprovação no semestre anterior em pelo menos 80% (oitenta por cento) das disciplinas que tenham sido contempladas com o benefício.

§ 2º Entende-se que o grupo familiar é composto por todos os indivíduos que sejam mantidos pelo mesmo conjunto de renda (contribuam ou usufruam dela), na condição de dependentes do responsável do grupo.

§ 3º A renda familiar para todos os fins deste edital é composta pelos rendimentos brutos, excetuando-se os valores percebidos a título de férias, décimo terceiro salário, ajuda de custo, vale transporte e demais verbas de caráter indenizatório ou não tributáveis.

§ 4º O candidato ou membro do grupo familiar que percebe renda mensal variável deverá informar no momento da inscrição a média salarial com base nos 3 (três) meses anteriores à inscrição, obtida através da seguinte fórmula: $RM\ 1 + RM2 + RM3 / 3 = RM^1$

Art. 4 As inscrições deverão ser procedidas através da internet no site www.portaldocidadao.itajai.sc.gov.br, no período compreendido entre às 00:00 do dia 06/08/2018 até às 18:00 do dia 17/08/2018.

DA ENTREVISTA E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Art. 5 Após a inscrição, o candidato deverá comparecer pessoalmente na Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude munido dos documentos que comprovem as informações prestadas via internet, na data e horário agendados durante a inscrição online (entre às 00:00 do dia 06/08/2018 até às 18:00 do dia 17/08/2018), sendo indispensável a apresentação do comprovante de inscrição.

§ 1º O candidato deverá selecionar a data e o horário para comparecimento na Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude de acordo com a disponibilidade verificada no sistema no momento da inscrição.

§ 2º Não será admitida a entrevista, bem como a entrega de documentos sem o prévio agendamento ou em horário diverso daquele agendado, salvo em situações de comprovada necessidade, havendo disponibilidade, a critério da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude.

§ 3º Eventuais atrasos no atendimento não implicarão no cancelamento das entrevistas e não poderão ser arguidos para fins de concessão de novo atendimento ou entrega de documentos fora do prazo previsto neste edital, ficando garantido o atendimento do acadêmico prejudicado no mesmo dia.

¹ Renda mensal

§ 4º Em casos de: Indisponibilidade de sistemas; impossibilidade de acesso a rede mundial de computadores; falta de energia elétrica; catástrofes naturais ou qualquer fato que impeça o atendimento no horário previamente agendado, caberá à Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude a reorganização dos atendimentos de forma a não inviabilizar a participação do candidato.

§ 5º A remarcação do horário em caso de não comparecimento ou do comparecimento sem a entrega da totalidade da documentação dependerá exclusivamente de disponibilidade no sistema online de inscrições, devendo ser procedida pelo candidato.

§ 6º Serão admitidas inscrições com entrega parcial da documentação, sendo vedada a entrega de documentos faltantes sem o prévio agendamento, nos moldes do parágrafo anterior.

§ 7º A ausência do candidato na entrevista implicará no indeferimento da inscrição.

Art. 6 É obrigatória a apresentação e entrega dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade,
- b) Título de eleitor;
- c) CPF;
- d) Comprovante de residência em Itajaí atualizado constando nome do responsável pelo grupo familiar.
- e) Em caso de residência alugada, deverá ser adicionado o contrato de aluguel ou declaração do proprietário do imóvel;
- f) Comprovante de matrícula;
- g) Cópia do boleto da mensalidade ou declaração fornecida pela instituição de ensino, onde conste expressamente o valor da mensalidade;
- h) Cópia dos 3 (três) últimos informes salariais (holerites, folhas de pagamento, pró-labores, extratos previdenciários) ou declaração de renda;
- i) Declaração de dependentes da renda familiar, constando o CPF e a data de nascimento;
- j) Quando inseridos como despesas durante a inscrição, comprovantes de gastos com: a) Saúde; b) Educação; c) Transporte coletivo ou escolar; d) Água; e) Energia elétrica; f) telefone/internet; g) IPTU; h) Aluguel; i) financiamento de automóveis, motos e imóveis.
- k) O acadêmico, em caso de desemprego, deverá fornecer cópia sua carteira de trabalho, assim como os integrantes familiares que também estiverem desempregados;
- l) Protocolo de inscrição online, devidamente impresso contendo a data e hora prevista para o atendimento;

m) Declaração de comprovação de serviço voluntário prestado pelo acadêmico que recebeu o auxílio no semestre anterior, devidamente assinada pelo responsável do órgão municipal, bem como, pelo supervisor do serviço voluntário;

n) Cópia da última declaração do Imposto de Renda, não podendo ser a declaração retificada após o prazo de inscrição, ou declaração de isenção de todos os membros do grupo familiar;

o) Histórico acadêmico do semestre anterior, contemplando informação sobre a aprovação e reprovação em cada disciplina (para candidatos beneficiados no semestre anterior, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 3º deste edital).

§ 1º As inscrições somente serão efetivadas mediante a apresentação de todos os documentos.

§ 2º Documentos diversos capazes de comprovar residência nos moldes legais poderão ser aceitos, contudo deverão passar por apreciação da Comissão de Avaliação.

§ 3º Nos casos em que o acadêmico residir em moradia cedida, o mesmo deverá providenciar declaração com firma reconhecida do cedente do imóvel, acompanhada de comprovante de residência em seu nome ou do proprietário do imóvel (contas de consumo).

§ 4º O contrato de aluguel ou declaração de aluguel, nos moldes da alínea “e” deverá conter o reconhecimento de firma nas assinaturas.

§ 5º Considera-se atualizado o comprovante de residência com expedição não superior a 30 (trinta).

§ 6º Caso o acadêmico não possua CTPS, poderá apresentar protocolo emitido pelo órgão responsável pela emissão, para fins de comprovação de desemprego.

§ 7º As declarações de rendimentos (declaração de autônomo) produzidas pelo candidato ou membro do grupo familiar em valor igual ou inferior a R\$ 2.379,97 (dois mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos) dispensam a apresentação de Declaração Imposto de Renda, sem prejuízo do disposto na alínea “n” deste artigo no tocante à comprovação de isenção.

§ 8º Equivale a declaração de isenção, para fins de verificação dos requisitos elencados na Lei Municipal 6778/2017, em atenção ao disposto na alínea “n”, a consulta à base de dados da Receita Federal, podendo ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

§ 9º Consideram-se despesas com Saúde: Mensalidade de Plano de Saúde, mensalidade relativa à manutenção de aparelho ortodôntico ou tratamento odontológico contínuo, gastos com consultas médicas, internações, fisioterapia e medicamentos para tratamento de doenças crônicas ou doenças contemporâneas à inscrição que necessitem de tratamento prolongado.

§ 10º A cópia da carteira de trabalho para fins de comprovação de desemprego deverá contemplar todas as páginas do documento, conforme numeração, até a página em branco após o registro do último contrato de trabalho.



DO PERCENTUAL E SUA APURAÇÃO

Art. 7 O percentual dos valores do auxílio será determinado pela comissão, levando-se em conta o índice de carência, comprovado através dos documentos apresentados pelo estudante, de acordo com a legislação vigente, desde que não exceda os créditos limites de um período, sendo que a classificação se dará conforme a fórmula de cálculo do índice de carência conforme tabela constante no art. 7º da Lei 6778/2017.

I - O percentual do valor do auxílio concedido ao acadêmico economicamente carente poderá ser de 05% (cinco por cento) até 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade por ele devida, conforme o seu índice de carência;

II - O índice de carência regulamentará o percentual do auxílio a ser concedido da seguinte forma:

a) de 0 a 2 pontos: 50

b) de 2,1 a 4 pontos: 40%

c) de 4,1 a 6 pontos: 30%

d) de 6,1 a 8 pontos: 20%

e) de 8,1 a 10 pontos: 10%

f) acima de 10 pontos: 5%, desde que os estudantes se enquadrem dentro do limite de 08 (oito) salários mínimos, conforme art. 3º da Lei 6778/2017.

Parágrafo único Para o cálculo do valor nominal do auxílio será observado o valor da mensalidade apresentada na inscrição e, em casos de alteração da programação acadêmica, somente serão aceitos novos boletos até o último dia de inscrição para o benefício.

DO INDEFERIMENTO PRELIMINAR

Art. 8 Constituem causas de indeferimento preliminar:

I – Incompatibilidade das informações lançadas na inscrição com a documentação comprobatória apresentada;

II – Ausência de documentos obrigatórios;

III – Incompatibilidade entre despesas e receita familiar;

34

IV – A falta de elementos hábeis a conferir veracidade aos documentos apresentados (Ex: autenticação e reconhecimento de firma, quando necessários, documento incompleto, rasurado ou ilegível);

V – Dúvidas em relação à veracidade das informações prestadas ou aos documentos apresentados;

§ 1º A qualquer tempo, antes da divulgação do resultado final (pós-recurso), através de deliberação colegiada, a Comissão de Avaliação do Auxílio Estudantil poderá levantar o indeferimento fundamentado no inciso III, independente de requerimento, quando verificar:

a) Pequena divergência entre receitas e despesas familiares;

b) Que o comprometimento da renda familiar tornando a renda negativa ocorreu em virtude do lançamento do valor da mensalidade como despesa durante a inscrição, desde que a exclusão de tal valor não mantenha a receita familiar incompatível com as despesas;

c) Quando verificada a renda negativa em virtude de despesas para tratamento de saúde com membro do grupo familiar.

§ 2º Independente da interposição de recurso, casos de indeferimento preliminar pautados no inciso V, poderão, antes da publicação do resultado final, serem revistos pela Comissão de Avaliação do Auxílio ao Estudante, quando sanadas eventuais dúvidas através de visita domiciliar ou diligência definida pela Comissão de Avaliação do Auxílio ao Estudante Universitário.

DO CUMPRIMENTO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Art. 9 Os acadêmicos contemplados com o auxílio aos estudantes universitários deverão cumprir 40 (quarenta) horas semestrais de participação em programas de ação social do Município ou outro órgão público, diante do preenchimento da FICHA DE CONTROLE DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DO AUXÍLIO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, o qual será fiscalizado pelo responsável do órgão público.

§ 1º Ao final do cumprimento das 40 (quarenta) horas estabelecidas, caberá ao responsável assinar a "ficha controle", bem como a declaração de comprovação do serviço voluntário, e entregar ao voluntário para fins de comprovação

§ 2º O acadêmico deverá atuar em atividades compatíveis com a natureza de seu curso de graduação e/ou de acordo com as suas habilidades pessoais, podendo o Poder Executivo Municipal regulamentar o cumprimento das horas de participação de que trata o caput em projetos e atividades junto aos quadros da Administração Direta, Indireta, Autarquia, Fundacional e Organizações Não Governamentais que exerçam atividades em parceria com o



Município de Itajaí, sendo vedada a substituição do efetivo cumprimento da carga horária por doações de qualquer natureza.

§ 3º Excepcionalmente, poderão os contemplados com a concessão do auxílio, apresentar projetos que visem o bem comum da sociedade itajaiense, os quais deverão ser aprovados inicialmente pela Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude, e, após, submetidos a aprovação da comissão avaliadora, que o aprovando emitirá declaração provisória de realização do projeto e declaração de comprovação de serviço voluntário aos acadêmicos responsáveis pelo projeto.

Art. 10 O encaminhamento dos candidatos contemplados aos órgãos ou entidades habilitadas obrigatoriamente ocorrerá pela Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Parágrafo único: Não serão válidos para fins de comprovação do cumprimento das horas, documentos expedidos por órgãos não habilitados legalmente, ou emitidos sem o prévio encaminhamento pelo departamento responsável.

DO ORÇAMENTO E REPASSE DOS RECURSOS ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 11 As despesas decorrentes da execução do presente edital correrão por conta de dotações próprias vigentes à época dos respectivos dispêndios, nos moldes da Lei 6778/2017.

Art. 12 Serão pagas 06 (seis) parcelas por semestre letivo do referido benefício.

Art. 13 No intuito de garantir a participação de toda a comunidade acadêmica, a Prefeitura Municipal de Itajaí define o início das inscrições para concessão do Auxílio Estudantil com base no calendário acadêmico das instituições sediadas no município, iniciando-se após o encerramento do período de matrículas.

Art.14 O repasse das verbas às instituições de ensino depende inicialmente da análise individual de cada inscrição de forma pormenorizada, contemplando a confrontação de todas as informações lançadas pelo candidato com os documentos apresentados, além da análise, atende rigorosamente critérios orçamentários, contábeis, legais e trâmites administrativos inerentes ao setor público, tornando inviável a definição precisa da data em que ocorrerá a transferência dos recursos.

Art.15 Eventuais prejuízos percebidos pelo acadêmico no tocante à cobrança de juros ou constrangimento em relação à cobrança de mensalidades em atraso deverão ser tratadas com a instituição de ensino na qual o mesmo se encontra matriculado.



DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E RECURSOS

Art. 16 Após o encerramento das inscrições, concluída a análise dos requisitos, o resultado preliminar será publicado no Diário Oficial do Município contendo a relação dos beneficiados e o percentual deferido, bem como relação de indeferidos.

Parágrafo Único O motivo e fundamento detalhado do indeferimento poderá ser obtido na Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude.

Art. 17 Da decisão que indeferir o benefício caberá recurso no prazo de 05 (cinco) úteis;

Art. 18 Em virtude da natureza classificatória, ou percentual deferido, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis.

Art. 19 Os recursos deverão ser apresentados de forma escrita, em formulário próprio, sendo garantida a juntada da documentação que comprove as razões apresentadas.

Art. 20 Após análise dos recursos o resultado final será publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 21 Não será admitido recurso em face do indeferimento previsto no § 7º do art. 5º deste edital (não comparecimento na entrevista)

Art. 22 A complementação da documentação entregue de forma parcial nos moldes do art. poderá ser feita através de recurso, a teor do art. Art. 5, § 6º, no prazo de 05 (cinco) dias.

DA NOVA PLATAFORMA DE INSCRIÇÕES E SUA IMPLANTAÇÃO

Art. 23 No intuito de imprimir maior transparência, segurança e celeridade ao processo de inscrições ao Auxílio ao Estudante que trata este edital, a Prefeitura Municipal de Itajaí – SC desenvolveu novo sistema de inscrições, que passará a operar durante a vigência deste Edital, contudo, algumas funcionalidades estarão disponíveis apenas a título de teste, devendo o candidato atentar para o que dispõe este edital e os alertas emitidos pelo sistema.

Art. 24 A nova plataforma contará com sistema de *Login*, onde o candidato deverá realizar seu cadastro e senha de acesso ao portal.

Art. 25 As informações básicas ficarão salvas no perfil do candidato, evitando o preenchimento de tais dados em inscrições futuras, quando o candidato poderá atualizar tais informações, contudo necessitará lançar as informações socioeconômicas contemporâneas à inscrição.

Art. 26 Será facultado ao candidato incluir toda a documentação relativa às informações prestadas diretamente no sistema em formato digitalizado, contudo, a inserção dos documentos no sistema NÃO ELIMINARÁ A NECESSIDADE DA ENTREGA FÍSICA DOS DOCUMENTOS DURANTE A ENTREVISTA.



Art. 27 Embora não elimine a necessidade da entrega física, a inserção dos documentos digitalizados trará agilidade à entrevista, criando dados técnicos para melhoria em todo o processo em exercícios futuros.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 A inscrição para a concessão do benefício de que trata este edital é válida para somente o semestre 2018/II.

Art. 29 Todos os estudantes inscritos para a concessão do benefício estarão sujeitos à visita domiciliar por Assistente Social.

Art. 30 O estudante que receber outro subsídio financeiro educativo será notificado para optar por um dos benefícios, salvo a exceção prevista no caput do art. 3º desta deste edital.

Art. 31 Serão admitidas denúncias sobre a irregularidade na concessão do benefício de que trata este edital a qualquer tempo, as quais serão verificadas pela comissão estabelecida no art. 2º, podendo ser recebidas através do e-mail bolsa@itajai.sc.gov.br, sendo garantida a preservação da identidade do denunciante.

Art. 32 O candidato que fraudar documentos, omitir informações ou praticar qualquer ato ilícito para obtenção do auxílio previsto nesta Lei, além da suspensão imediata do benefício já concedido, ficará impedido de concorrer ao auxílio durante 05 (cinco) anos e pagará multa constituída no dobro do valor do auxílio concedido, que será revertido à municipalidade para a consecução dos objetivos da Lei 6778/2017.

Itajaí, 22 de junho de 2018.


Volnei José Morastoni
Prefeito Municipal



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IMPORTANTE

- 1 - O preenchimento dos dados é responsabilidade do candidato e incorreções podem acarretar no indeferimento da inscrição, com base nos termos deste edital, portanto, no momento da inscrição atente para o preenchimento correto, fazendo constar no sistema as informações com exatidão e fidelidade ao documento que as comprove.
- 2 – A entrevista passou a ser com horário marcado, evitando o comparecimento massivo no último dia do prazo de inscrições de forma a não implicar prejuízos aos candidatos. Portanto, não deixe sua inscrição para última hora, ao se deparar com este edital prepare toda documentação necessária, agendando o prazo inicial de inscrição.
- 3 – A partir do Semestre 2018/II, o cumprimento de horas ganhou nova gama de locais para a prestação de serviço voluntário, passando a abranger organizações da sociedade civil, porém, nos termos da Lei Municipal 6778/2017, somente naquelas que mantenham parceria com o Município de Itajaí – SC. Entende-se por parceria os termos firmados a luz da Lei 13.019/2014. Portanto, busque o encaminhamento para o serviço voluntário através da Secretaria da Criança, do Adolescente e da Juventude.

